

## **Pan-americanismo em ação: Práticas políticas e diplomacia na América (1889-1917)**

Leonardo Faggion Novo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo dá relevo às renovadas perspectivas interpretativas do campo da história política e da história da diplomacia a partir de um estudo do pan-americanismo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Por meio da análise de uma série de textos publicados pela União Pan-Americana a partir da realização da Primeira Conferência Internacional Americana (Washington D.C., 1889), bem como dos debates realizados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em função do convite para se fazer representar no evento, argumenta-se sobre diferentes mobilizações do pan-americanismo, entendido como uma prática política, por agentes estadunidenses e latino-americanos. Esse exercício indica como, a partir do final do século XIX, o pan-americanismo se tornou mote para a elaboração e disputa de diferentes projetos políticos de integração cultural, política e econômica entre os países americanos, da mesma forma que se tornou ponto de tensão das relações entre a América e a Europa.

**Palavras-chave:** Pan-americanismo; Diplomacia; União Pan-Americana.

### **Pan-Americanism in Action: Political practices and diplomacy in America (1889-1917)**

**Abstract:** This article highlights the renewed interpretative perspectives within the fields of political history and diplomatic history, focusing on studying pan-Americanism between the late 19th century and the early 20th century. By analyzing a series of texts published by the Pan American Union following the First International American Conference (Washington D.C., 1889), as well as the debates within the Brazilian Ministry of Foreign Affairs regarding its representation at the event, we argue for different mobilizations of pan-Americanism as a political practice by both U.S. and Latin American actors. This exercise demonstrates how, following the First World War, pan-Americanism became a rallying point for the development and contention of various political projects aimed at cultural, political, and economic integration among American countries, while also becoming a point of tension in the relations between the Americas and Europe.

**Keywords:** Pan-Americanism; Diplomacy; Pan American Union.

**Artigo recebido em:** 27/02/2024

**Artigo aprovado em:** 25/04/2024

---

<sup>1</sup> Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (2023) com tese sobre as articulações entre o pan-americanismo e o campo da arquitetura e do urbanismo. É pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (CIEC/IFCH/UNICAMP) e do grupo de pesquisa CAPP - Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (UNIFESP). Possui graduação em história pela UNICAMP (2014) e mestrado defendido no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição (2018). E-mail: leo.novo7@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5198-202X>

## Um continente em busca de conceito

O planeta havia sido dividido em diferentes países, cada um dotado de lealdades, de lembranças queridas, de um passado sem dúvida heroico, de direitos, de agravos, de uma mitologia peculiar, de heróis de bronze, aniversários, demagogos e símbolos. Esta divisão, cara aos cartógrafos, patrocinou guerras. Jorge Luis Borges, *Juan López y John Ward*, 1989.

Desde a viagem de Colombo, em 1492, muitos foram os nomes que evocaram diferentes tradições e histórias para denominar a parte do mundo encarada como nova. Miguel Rojas Mix, na impossibilidade de elencar todos eles, explorou os *cien nombres de America* em seu livro publicado em 1991, às vésperas das comemorações do IV Centenário do Descobrimento da América, efeméride que atualizou essa polêmica dos nomes (ROJAS MIX, 1991, p.11). Não menos importante que enumerar todos os nomes é situá-los em relação aos diferentes projetos que imaginaram e construíram diferentes américas. Apesar dessa pluralidade, é possível observar um persistente dualismo nas interpretações sobre essa região do continente, cujo efeito é o de reforçar a separação da sociedade em duas esferas e naturalizar e reforçar suas desigualdades, como argumentou Octavio Ianni, em um de seus últimos ensaios:

Multiplicam-se os nomes, no infindável esforço de taquigrafar e constituir um ente geo-histórico simultaneamente evasivo e evidente; que ainda parece tão incógnito que para ser nomeado precisa ser apontado com o dedo. Um ente simultaneamente real, rebelde e fugaz, sempre transbordando deste ou aquele nome; evadindo-o (IANNI, 2002, p.13).

Por meio de um percurso histórico e intelectual, é possível observar as dinâmicas de um “continente em busca de conceito”, encarado ora como objeto, ora como sujeito de narrativas baseadas em mitos, signos, símbolos, emblemas, histórias e tradições. Os intelectuais dedicados a pensar a América Latina – como Sarmiento, Rodó, Eduardo Prado, Antonio Pedreira ou Sergio Buarque de Holanda, para citar alguns autores mencionados por Ianni – assumiram, ao longo do tempo, a tarefa de pensar sobre si mesmos em um reiterado olhar para a Europa e os Estados Unidos, do tradicionalismo e da modernidade, do arcaísmo e

da modernidade, do capitalismo e do socialismo. Entre muitos enunciados – Novo Mundo, América, Indo-América, Afro-América, Hemisfério Ocidental, Nuestra América, Ibéro-América, Pan-América, América Latina – conformou-se uma trama de significados, disputas e exercícios de poder que buscaram desenhar as fronteiras, espaços e geopolíticas do continente americano ao longo de sua história.

Os mitos, mitologias e imagens são dotados de funções identificáveis nas narrativas históricas sobre a América Latina, algumas exploradas ao longo deste artigo: elaborar, confundir e tensionar realidades e ficções, conceitos e metáforas, categorias e alegorias por meio de diferentes linguagens políticas. O pan-americanismo se situa nessa trama americanista conformada por diversas temporalidades e reivindicações da história da América para formular projetos políticos a partir de disputas sobre o presente e o futuro do continente. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é indicar o alcance do valor articulador dessa prática política no início do século XX. Diferentes campos disciplinares e profissionais se valeram do pan-americanismo como linguagem e prática política a partir das quais buscavam legitimar campos do conhecimento e saberes técnicos para intervir nas cidades da América e projetar seu futuro, aproximando-os das questões, temporalidades e instituições destacadas pela União Pan-Americana. Essa capacidade de articulação do pan-americanismo, diretamente associada às suas bases liberais, ajuda a entender o engajamento, em diferentes níveis e a partir de diferentes interesses, de todos os países americanos nesse projeto no período.

O trecho tomado aqui como epígrafe foi escrito por Jorge Luis Borges anos depois do declarado fim da Guerra das Malvinas, conflito armado entre Argentina e Reino Unido pela posse do território insular localizado ao sul do oceano Atlântico. Uma disputa que enfatizou como o histórico colonial de ocupação dos territórios americanos não acabara com as declarações de independência no século XIX, mas continuava a pautar os conflitos e resoluções diplomáticas forjados ao longo do século XX.

Por mais de uma vez, Borges explicitou sua posição contrária à guerra. No conto em questão, ele imagina e narra um destino comum de dois amigos, um argentino e um inglês, interrompido pelo conflito entre as duas nações. O ato de dividir o planeta em países, ou seja, de criar fronteiras, é abordado em seu duplo aspecto: útil aos mapeamentos, cartografias e instrumentos mobilizados para situar indivíduos nas novas divisões políticas, entretanto,

origem dos conflitos bélicos que pareciam dar o tom do longo século XX. Entre o mapa e a guerra, contudo, se colocava o passado. Distante de uma idealização como matéria morta, o passado de Borges era ativo, vivo, matéria prima para a construção e legitimação de índices de memória coletiva e individual responsáveis por articular diferentes temporalidades e dotar de sentido a vida no presente, bem como legitimar os conflitos.

Há, ainda, outras expressões e referências interessantes a serem exploradas a partir desse conto, como a menção à Caim e Abel ou a própria escolha dos nomes dados aos personagens e a miríade de significados abertos a partir dela. Pela impossibilidade formal de explorá-las, contudo, destaco as frases que abrem e fecham a narrativa: “Coube a eles uma época estranha. (...) O fato a que me refiro passou num tempo que não podemos entender”. As advertências de Borges podem nos indicar algumas particularidades dessa “época estranha” e nos ajudar a esboçar algumas interpretações, peculiaridades e aproximações com esse tempo.

Ainda que a elaboração de mapas e as declarações de guerras atualizem signos das conquistas coloniais, no século XX eles assumiam outra dimensão e passavam a ser a base para as relações estabelecidas e disputadas entre os países do mundo. A diplomacia se tornou, desde o final do século XIX, parte estruturante do exercício político das nações e Estados em diferentes escalas: regional, continental e mundial. Em função da importância das relações diplomáticas, foi fundada uma série de instituições responsáveis por mediar e regular essas práticas, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), renomeada no ano de 1948 quando passou por uma reestruturação. Antes disso, “o mais antigo organismo regional do mundo”, como a própria instituição se caracteriza, era nomeado União Pan-Americana e sua origem remonta à primeira Conferência Internacional Americana, sediada em Washington D.C. entre os anos de 1889 e 1890.

Para entender a importância dessa instituição e o papel desempenhado pelas práticas diplomáticas ao longo do século XX, é preciso recuperar os debates sobre as relações exteriores na virada do século. Por meio deles, foi forjada uma nova geopolítica, apoiada, em certa medida, na elaboração de novos significados para a América, sobretudo pelo conjunto de países latino-americanos colocados em relação tanto aos Estados Unidos quanto aos países europeus.

Como um prisma, o pan-americanismo e suas articulações possibilitavam a refração de diferentes projetos políticos, disciplinares e profissionais modernos identificados ao longo da primeira metade do século XX. As imperfeições negociadas no percurso do pan-americanismo, colocado em ação, se aproximam dos índices de refração elaborados a partir da metáfora do prisma. Nele, o pan-americanismo é desvirtuado sucessivas vezes a partir de articulações entre a história, a política e a cultura nas Américas de forma a garantir a conciliação de diferentes projetos sintetizados sob o prefixo pan. Além da profusão de conferências, encontros e congressos nas primeiras décadas do século XX, foram incentivados intercâmbios universitários, artísticos e profissionais, bem como a criação de institutos e centros de estudo, pesquisa e documentação, além da circulação massiva de uma série de periódicos, revistas e jornais (BERABA, 2008).

#### Caminhos diplomáticos

No ano de 1889, três autoridades políticas brasileiras partiram do Rio de Janeiro com destino à cidade de Nova York. A viagem, custeada pelo Ministério de Relações Exteriores, tinha como finalidade participar da primeira Conferência Internacional Americana. Salvador de Mendonça, então Cônsul do Brasil nos Estados Unidos, e os Conselheiros Laffayette Rodrigues Pereira e José Gurgel do Amaral Valente chegaram ao seu destino após um mês de viagem e lá permaneceram por mais dois, até se deslocarem a Washington D.C., capital do Estados Unidos e sede do evento em questão, realizado entre o final do ano de 1889 e o início de 1890 (OFFICIO, 1889).

O governo do Brasil, única monarquia do continente no período, não aceitou o convite de maneira imponderada. Os ofícios e as cartas trocadas entre as autoridades diplomáticas do período registram uma série de questões: deveria o governo imperial aceitar o convite? Deveria aceitá-lo para todos os assuntos ou excluir alguns? Se fosse excluir, quais seriam? Essas perguntas orientaram o debate entre as autoridades nacionais após o convite feito pelo então Secretário de Estado dos Estados Unidos, Thomas F. Bayard. Junto ao convite para se fazer representar, Bayard enviou uma carta em que reforçava as intenções e pressupostos da realização do evento, considerado a origem institucional do pan-americanismo: o espírito fraterno, de cordialidade e de mútuo interesse a ser desenvolvido e resguardado entre as nações americanas:

A projetada conferência não terá poder algum para ligar qualquer das Nações nela representadas, e não tem em mira de forma alguma tocar ou anular as relações convencionais por tratados ora existentes (...). Os tópicos de discussão e deliberação são manifestamente de maior importância, e é de crer que uma amigável e franca troca de vistas com referência a estes objetos será de uso prático e que por mútuos esclarecimentos se promoverá materialmente essa expansão e intimidade de relações sociais e comerciais que devem ser produtores de benção para todos os interessados (OFFICIO, 1989).

A conferência era apresentada, portanto, como espaço para a promoção material das relações entre os países americanos e estendia “uma amigável e franca troca de vistas” entre os Estados Unidos e os demais países americanos. O apelo à construção de um espaço de debate permanente sobre os interesses comuns aos países americanos de maneira a garantir boas relações sociais e comerciais indica como a conferência, ainda que não levasse oficialmente em seu nome o pan-americanismo, era elaborada a partir dos valores e linguagens políticas associadas a essa prática. Desde então, em intervalos temporais mais ou menos regulares, esses eventos foram realizados e conhecidos oficiosamente por conferências pan-americanas.

A autonomia das nações estaria garantida frente às deliberações e resoluções adotadas na conferência. Esse aspecto, ainda que característico dos espaços de negociação supranacionais, parece ter tido peso no parecer dos conselheiros na defesa dos interesses nacionais ao argumentar favoravelmente sobre a participação brasileira. O assunto não foi debatido em apenas uma reunião do Conselho. Os pareceres incluídos na pasta referente à I Conferência depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty possuem datas diferentes, indicando que o debate se estendeu entre os meses de outubro de 1888 a julho de 1889, véspera do evento que teve início em outubro do mesmo ano. A I Conferência Internacional Americana foi situada em uma sequência de eventos realizados ao longo de todo o século XIX que buscavam estabelecer inteligência comum sobre interesses recíprocos de maneira a facilitar acordos ulteriores, formular programas de política internacional e assentar princípios e máximas que serviriam de base ao regulamento de certos e determinados assuntos – como definiu Laffayette Pereira em seu parecer.

O corpo de conselheiros, composto por liberais e conservadores com uma tradição em ocupar altos cargos do Império, se mostrou favorável ao aceite do convite por parte do

governo brasileiro. Um argumento compartilhado e reiterado por esse corpo político diverso se referiu aos efeitos diplomáticos negativos que a recusa do convite pela única monarquia do continente fossem gerar. Paulino de Souza sublinhou como a recusa do convite a essa conferência “de acentuada cor de americanismo” poderia gerar suspeitas sobre a preferência de relações com a Europa. O Senador afirmava que o Brasil já estava implicado no projeto estadunidense, assim como os demais países americanos e, portanto, seria necessário encontrar uma fórmula que nitidamente exprimisse simpatia pela ideia sem ligar o governo por compromisso formal e irretratável em todo e qualquer caso (OFFICIO, 1989).

A menção a uma fórmula que conseguisse dar conta de incorporar o aceite do convite e, ao mesmo tempo, garantir a liberdade de recusar potenciais teses e deliberações não favoráveis aos interesses do país é retomada na argumentação de outros conselheiros, como Laffayette Pereira, que recuperava os protocolos negociados nas conferências diplomáticas ao longo de todo o século XIX. Segundo Pereira, no terreno da diplomacia e das relações exteriores era comum expressar simpatia por determinado princípio ou doutrina condicionando sua aplicação aos limites da constituição e das leis de cada Estado. Manoel Pinto de Sousa Dantas, por sua vez, emitiu uma das opiniões mais favoráveis às políticas e projetos estadunidenses, adjetivando o país como “a primeira potência do Novo Mundo”. Para ele, acolher a proposta do arbitramento seria cumprir um dever de humanidade e civilização, de maneira a entender essa política como estratégica para se contrapor ao “reprovado princípio *la force prime de droit*”. Essa menção a uma das frases atribuídas a Otto von Bismarck, chanceler alemão do século XIX, bem como seu deslocamento, pontuava as distâncias entre a belicosa Europa e o continente americano projeto a partir da prevalência do direito internacional. O parecer de Sousa Dantas articulava explicitamente o princípio do arbitramento ao projeto da realização dessa série de conferências internacionais americanas por meio da conciliação, base para a prática política pan-americanista.

Apesar das diferentes posturas identificadas nos pareceres sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, um aspecto comum era o reconhecimento do convite estadunidense como uma continuação da Doutrina Monroe. Os conselheiros, mesmo os mais adeptos e favoráveis a uma aproximação irrestrita entre os dois países, entendiam o convite para a conferência como uma tentativa de tutela por parte dos Estados Unidos em relação aos



demais países do continente, sobretudo da América do Sul. Ainda assim, a maioria dos pareceres expressava concordância sobre a possibilidade de mobilizar esse espaço de negociação continental a partir de interesses próprios. O Visconde de São Luis do Maranhão argumentou sobre como a participação brasileira poderia tornar sua política internacional mais conhecida entre os demais povos da região Sul do continente. Para ele, a consolidação de relações sul-americanas deveria ser o objetivo maior do Brasil ao aceitar o convite, colocando em dúvida a possibilidade de se estabelecer uma política verdadeiramente continental:

Desde 1826, várias reuniões e tentativas se tem feito, sem que se conseguissem (...) os resultados desejados (...). Semelhantes conferências e os tratados que n'elas se ajudaram (...) não surtiram os efeitos que os respectivos Estados tiveram em vista. Podia entre outros citar o congresso que se reuniu em Lima em 1847, cujos atos e documentos mais importantes ficaram reduzidos a letra morta, bem como o tratado continental firmado posteriormente em Santiago entre Chile, Peru e Equador (OFFICIO, 1989).

Para além da Doutrina Monroe, oficialmente enunciada no discurso de James Monroe em 1823, para o Senador, a I Conferência Internacional Americana era situada em uma cronologia que se inicia no ano de 1826, data da realização do Congresso do Panamá, idealizado por Simón Bolívar. Ou seja, ainda que os projetos imperialistas estadunidenses desde James Monroe fossem levados em conta, havia uma preocupação em dar relevo e historicidade a outros americanismos e projetos políticos de integração que interessavam aos países da região Sul do continente. As diferentes cronologias expressam, portanto, diferentes projetos políticos recuperados para legitimar a participação e os interesses colocados em jogo no final do século XIX.

### **Sobre cronologias, origens e filiações**

A disputa por marcos de origem e filiações explicita como o pan-americanismo era mobilizado a partir de diferentes projetos políticos. Cada qual partia de diferentes cronologias, pontos de origem e de chegada e, por meio da história, forjavam legitimidade como mote para a integração dos países americanos. A escolha por dar relevo a James Monroe e sua doutrina ou a Simon Bolívar e o Congresso do Panamá busca conferir legitimidade por meio da



história aos projetos políticos disputados no final do século XIX, atualizados nas primeiras décadas do século XX.

A maior ênfase nas disputas operadas a partir do pan-americanismo parece ter ganhado força na historiografia estadunidense na última década. A recente publicação organizada por David Sheinin e Juan Scarfi oferece um panorama desse esforço de interpretar o pan-americanismo menos como uma doutrina e mais como uma prática política. Na introdução aos 8 capítulos do livro, os organizadores situam diferentes interpretações do tema na historiografia produzida nos Estados Unidos em um percurso: da apologia ao império à agência latino-americana. Por meio do exame do que consideram “pan-americanismo do cotidiano”, os autores costuram os diferentes estudos a partir de um mesmo argumento: o reconhecimento de interesses próprios de elites latino-americanas, fossem eles voltados à implementação de agendas de modernização das cidades ou orientados pelo princípio do intercâmbio científico e cultural, não exclui o caráter imperialista das aspirações por hegemonia estadunidense. A concorrência e as tensões entre iniciativas e reivindicações diferentes a partir da mesma linguagem e prática políticas, por outro lado, tornou o pan-americanismo pauta estruturante das relações interamericanas ao longo de todo o século XX. A persistência de disputas acerca de suas definições, cronologias e filiações explicita, segundo Scarfi e Sheinin, as contradições estruturantes dos pares cooperação-hegemonia, intervenção-resistência, apoio-desconfiança, próprios da história das relações entre Estados Unidos e a América Latina (SCARFI, SHEININ, 2022, p.6).

David Sheinin é o autor do verbete dedicado ao pan-americanismo publicado em 2016 no suplemento *America in the world* do *Dictionary of American History*. Nele, o pan-americanismo se torna explicação histórica da hegemonia estadunidense a partir de uma rígida cronologia etapista cujo ponto de chegada é a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) (SHEININ, 2016, p.820). O histórico das relações interamericanas é recuperado, portanto, para conferir legitimidade à Washington D.C como capital das relações hemisféricas de cooperação em um percurso marcado pela ausência de disputas e reivindicações.

Essa cronologia é constantemente reiterada pela historiografia estadunidense em narrativas que se valem da história para legitimar o projeto de organização das repúblicas do

hemisfério ocidental capitaneado por James Blaine. São recuperadas a Doutrina Monroe e o Congresso do Panamá como raízes oitocentistas atualizadas no início do século XX por meio da série de Conferências Internacionais Americanas realizada pela União Pan-Americana. O percurso histórico continua e então situa o período de implementação da Política de Boa Vizinhança como momento mais maduro e acabado desse projeto de hegemonia, o qual persiste, ainda que com modificações, no período pós-1975 por meio da agenda global dos Estados Unidos. Esse exercício de legitimação histórica do pan-americanismo, contudo, não foi iniciado pela historiografia, mas era uma das práticas identificadas nas publicações da União Pan-Americana iniciada antes mesmo de sua fundação, em 1910, no período em que ainda era denominada Bureau Comercial das Repúblicas Americanas (1889).

Numerosas publicações organizadas por John Barrett e L. S. Rowe, primeiro e segundo diretores da instituição, respectivamente, mobilizam essa mesma linguagem e recuperam esses mesmos antecedentes e figuras históricas. Entre os anos de 1902 e 1941, é possível identificar 32 publicações editadas e publicadas pela instituição. Esse conjunto documental, ainda que parcial, pode ser dividido em três frentes. Na primeira, podemos agrupar narrativas sobre a fundação da União Pan-Americana e seu percurso histórico em prol da legitimidade de suas atividades e o papel de mediadora das relações tanto entre as nações americanas, quanto entre elas e a Europa, mais numerosos até o final da década de 1910. Um segundo grupo de textos enuncia de maneira mais declarada as intenções dos líderes políticos estadunidenses em relação à América Latina, com destaque para a profusão desse tipo de narrativa a partir de 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial. O terceiro grupo de publicações é mais numeroso e publicado desde a fundação da instituição composto por listas com informações comerciais, culturais, demográficas e gerais sobre os países latino-americanos, bem como monografias que elencavam diferentes listas e *surveys* sobre alguns deles, como México, Argentina e Brasil.

Dentre as publicações identificadas na primeira frente, destacam-se textos como *The Proposed Pan-American Union* (DE YTURBIDE, 1902), *The Legal Status of the Pan American Union* (PENFIELD, 1926), *Al servicio de America* (PAN AMERICAN UNION, 1937) e *The Roles of the Pan American Union in the Americas* (ROBERTSON, 1934). Esses textos sinalizam diferentes estratégias de legitimar as práticas políticas da instituição no início

do século XX por meio da história: seja pela relação direta estabelecida entre a União Pan-Americana e o Congresso do Panamá, ou por meio de deslocamentos da história da América para o plano de uma história universal. Em *The Pan American Union – Peace, Friendship, Commerce*, John Barrett sintetiza essas estratégias e enuncia as missões da UPA: uma instituição independente internacional de atuação voluntária em prol do consenso e da cooperação (BARRETT, 1911).

A escolha por Washington D.C. como cidade sede era justificada, por sua vez, por ser a capital em que todos os países possuíam representação diplomática, mesmo argumento para a escolha pela cidade como sede da I Conferência Internacional Americana. A própria apresentação da instituição e a definição de suas atribuições e missões se apoia na formulação de uma imagem da América Latina como terra do progresso e, sobretudo, da oportunidade, “como campo de estudo, viagens ou comércio” (BARRETT, 1911, p.16). A conformação da Pan-América dependeria dos investimentos estadunidenses direcionados a seus vizinhos do Sul em prol da consolidação de relações comerciais e culturais mútuas para explorar essas possibilidades oferecidas pelo continente, apresentado pelo diretor da UPA como numericamente equilibrado em sua distribuição hemisferial: Costa Rica, Guatemala, Honduras, Mexico, Nicarágua, Panama, El Salvador, Estados Unidos e os países insulares (Cuba, República Dominicana e Haiti), ao Norte e Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, ao Sul. Ainda que de maneira implícita, essa divisão pode ser encarada como mote para a implementação de distintas políticas na relação entre os Estados Unidos e seus vizinhos mais próximos – alvos frequentes de ocupações militares e intervenções – e aqueles localizados na região Sul do continente – entendidos como parceiros comerciais e alvos de políticas de cooperação.

A integração entre os diferentes países era reivindicada a partir das bases liberais desse projeto e da suposta garantia de futuro próspero na América no século XX:

Cada uma delas é uma terra do futuro. Cada uma, em maior ou menor grau de acordo com a área, possui riquezas naturais latentes e recursos materiais à espera de desenvolvimento nas mãos do capital e do trabalho. Algumas estão muito à frente na competição comercial e econômica mundial. A maioria está na infância de suas possibilidades. Todas têm características que dão provas notáveis de crescimento e prosperidade futuros. Nenhuma tem população excessiva; quase todos desejam a imigração. As condições de superlotação de muitos países europeus e asiáticos não

são encontradas em lugar algum. Ninguém é afligido pelas influências decadentes que quase prejudicam as tentativas de progresso da civilização em algumas partes do velho mundo (BARRETT, 1911, p.21).

Essa e as demais publicações da UPA no período partiam da percepção de uma falta de conhecimento da população estadunidense sobre as demais repúblicas americanas. Nesse sentido, a já mencionada “troca de vistas”, um dos objetivos da I Conferência Internacional Americana, se fazia necessária para além dos órgãos e autoridades dedicados às atividades diplomáticas e de relações exteriores. A UPA projetava como leitor desses materiais o “homem comum” estadunidense, cujo interesse restrito à Europa perdia de vista os países situados ao sul do Rio Grande: “Ele ignora em sua pressa pela experiência convencional de ir para a Europa um novo e tentador campo de viagens e estudos na América Latina” (BARRETT, 1911, p.17).

A instituição alegava contribuir com essa tarefa de fazer conhecer o continente por meio de suas publicações e de numerosos *surveys* dedicados a cada um dos países latino-americanos, com ênfase para as cifras do comércio em expansão nesse conjunto de países. Esse objetivo comercial era enunciado em muitas publicações do período e sinalizava, inclusive, a dimensão internacional desse projeto americanista ao prever a importância dos países latino-americanos nas relações comerciais entre a América e a Europa: “Há abundante espaço na América Latina para o exercício de influência europeia e estadunidense (...). Quanto mais a Europa vende para a América Latina, e mais dinheiro a Europa investe na América Latina, maior será a demanda para os produtos e dinheiro dos Estados Unidos, e vice-versa.” (BARRETT, 1911, p.18).

Assim como em outras publicações da instituição, Barrett estabelece uma cronologia da origem institucional do pan-americanismo tal qual formulada por James Blaine em seus discursos no período de realização da I Conferência Internacional Americana. Um ano antes da publicação desse livro, as conclusões votadas na IV Conferência (Buenos Aires, 1910) transformaram o então *The International Bureau of American Republics* na União Pan-Americana. As iniciativas pan-americanas, portanto, antecederam a UPA e se dividiam em três principais frentes de trabalho na ocasião. A primeira, dedicada a publicar mensalmente os boletins, entendidos como estratégias profícuas para fomentar o interesse comercial, cultural e turístico estadunidense sobre seus vizinhos americanos. A segunda, relacionada à fundação da

*Columbus Memorial Library* e seus mais de 20 mil volumes que compõem a extensa coleção de livros relativos às repúblicas americanas, bem como a coleção de revistas, jornais e diários enviados por todas as nações e amplamente consultados pelo público que visita a biblioteca em Washington D.C. Essas duas áreas expressam a importância do intercâmbio intelectual entre as nações americanas incentivado pela UPA, sobretudo nas décadas seguintes à publicação do livro com a fundação de uma divisão de cooperação intelectual. A terceira era o *Pan-American Bank*, projeto de integração financeira não implementado à época, mas fruto de uma série de deliberações e debates das primeiras quatro conferências e que garantiria as melhores condições de potencializar o comércio entre os dois extremos do continente.

Ao longo de toda a década de 1910, as publicações da UPA dão grande ênfase ao prédio sede da União Pan-Americana em Washington D.C, tema do maior capítulo da publicação de 1911, período em que a sede era recém inaugurada. São detalhadas as plantas, os custos, o financiamento, a escolha pelos arquitetos e terreno, bem como as influências estilísticas, aspectos da decoração, esculturas e demais detalhes construtivos com a inclusão de fotografias e imagens que apresentam ao leitor a “casa das repúblicas americanas”. Essas “intenções arquitetônicas” são elaboradas de maneira a articulá-las, ou seja, dotá-las de sentido, frente à história da América. Desde os episódios considerados mais importantes da história política dos Estados Unidos, como a Revolução Americana, até as independências dos países latino-americanos são representados no edifício por meio de estátuas e quadros de seus líderes: San Martín, Colombo, Washington, Martí, Hidalgo, Morazan, Artigas, Bonifácio, L’Overture, Champlain, Bolívar e O’Higgins. A operação metonímica tinha como objetivo condensar as diferentes histórias nacionais em prol da construção de uma importância supranacional da instituição. Ainda que de maneira menos evocativa, também eram destacados elementos pré-colombianos, notadamente os Maias e Astecas, e o caráter tropical dos jardins e pátios. O aspecto histórico elaborado em uma linguagem arquitetônica historicista tinha como ápice o Hall das Américas e seu friso dedicado a narrar toda a história do Novo Mundo desde sua antiguidade.

Um segundo grupo de textos mapeados editados e publicados pela UPA enuncia de maneira ainda mais declarada as intenções dos líderes políticos estadunidenses em relação à América Latina, com destaque para duas obras publicadas no ano de 1916, depois do início da

primeira guerra mundial: *Our Opportunity in Latin America*, de John Barrett (1916), e *A Glance at Latin American Civilization*, de Francisco Yánes (1916). Ambos foram publicados originalmente no ano da guerra, 1914, o de Barrett no periódico *Review of Reviews* e o de Yánes no *The Journal of Race Development*, e republicados pela instituição dois anos depois. A deflagração da guerra potencializou os discursos estadunidenses sobre o futuro trágico da Europa e próspero da América, tom dos argumentos dos autores e o valor atribuído à guerra como catalisadora do futuro grandioso da América, uma “nova era para as relações materiais, sociais e políticas entre norte e sul da América”, o despontar dos “anos americanos” (BARRETT, 1916, p.2). De uma só vez, ela garantiria a segregação geográfica e econômica da Europa e a impulsionaria a solidariedade entre as nações americanas.

Ou seja, a guerra era entendida como um fator favorável e acelerador da mudança de paradigmas delineada décadas antes nas relações entre Estados Unidos e América Latina, o aguardado “despertar tranquilo e generalizado” para a nova era americana: “O total geral do comércio anual regular que a América Latina realiza com a Europa, quando as relações não são perturbadas pela guerra, deve convencer a todos de que oferece uma oportunidade notável para os Estados Unidos” (BARRETT, 1916, p.5). Essas novas oportunidades justificavam, por exemplo, a expansão do *National City Bank of New York* para os países da América do Sul (Argentina, Chile, Brasil e Peru), também justificada pela guerra, dado que, segundo a publicação da UPA, até seu início, 95% de empréstimos públicos e privados na América Latina eram feitos por bancos da Europa. A consolidação desse novo mercado garantiria a ampliação de financiamentos de obras públicas como rodovias, redes de eletricidade, saneamento básico, portos, dentre outros índices de negócios lucrativos a serem financiados em países sul-americanos.

Esse campo aberto para a implementação de infraestruturas urbanas ainda aproximava fisicamente a América do Sul dos Estados Unidos por meio das novas possibilidades técnicas que encurtavam as viagens e incentivavam a correspondência. Barrett fazia menção às curtas distâncias entre Nova York e cidades como Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires, fosse pelo Canal do Panamá ou pelo projeto rodoviário pan-americano proposto nas Conferências Internacionais Americanas de ligar Norte a Sul do continente pelo sistema de estradas. Essas iniciativas visavam não só possibilitar a viagem de estadunidenses aos países da América do

Sul, como também incentivar sua ida aos Estados Unidos, tal qual fizeram os delegados americanos em 1889:

Em vez de sempre planejar viagens e excursões dos Estados Unidos para, por exemplo, Rio de Janeiro, Montevideú, Buenos Aires, Santiago, La Paz e Lima, por que não convidar os homens dessas cidades e suas câmaras de comércio a enviar delegações para as cidades correspondentes dos Estados Unidos? (BARRETT, 1916, p.6)

As viagens eram entendidas como meios efetivos de agenciar a paz e estreitar os laços, sobretudo as cooperações e interações intelectuais entre os dois extremos do continente. Viajar para conhecer *in loco* a realidade dos países latino-americanos e, a partir disso, planejar estratégias racionais de cooperação sem reforçar a imagem da América Latina como Eldorado, ou lugar de “expectativas de um caminho mágico para o enriquecimento”: “A melhor maneira de conhecer esse campo fascinante é visitá-lo pessoalmente – ou enviar representantes confiáveis e treinados com uma apreciação e conhecimento do meio ambiente, não apenas como existia antes da guerra, mas como agora é afetado pela guerra.” (BARRETT, 1916, p.7).

Esses esforços não eram em vão, mas já produziam, segundo ele, efeitos em diversos campos profissionais e disciplinares: editores, congressistas, autores, bibliotecários, estatísticos, professores, estudantes universitários, turistas, comerciantes, banqueiros e engenheiros, responsáveis por forjar e garantir um importante fluxo de informações mediadas pelo escritório da União Pan-Americana. Para garantir e possibilitar essa “troca de vistas” a uma parcela mais ampla da população do continente, também era incentivada a incorporação do ensino de línguas (português e espanhol) nos currículos das escolas.

Tanto em *Our Opportunity in Latin America* quanto em *A Glimpse at Latin American Civilization*, há uma grande ênfase sobre como essa construção de uma identidade coletiva, continental, era o resultado de uma operação de soma das nacionalidades latino-americanas, ainda que na chave da diferença em relação à república do Norte: “Ao discutir e descrever os povos desta ou daquela terra, eles não devem ser chamados de latino-americanos, espanhol-americanos, sul-americanos ou centro-americanos, mas descritos como argentinos, bolivianos, brasileiros, chilenos, peruanos, colombianos, mexicanos.” (BARRETT, 1916, p.7). O texto de Yánes, *A Glimpse at Latin American Civilization*, debatia justamente os



instrumentos para se medir os diferentes níveis culturais e de progresso industrial observados no continente. Ainda que engajados em um projeto comum de integração capitaneado pela União Pan-Americana, cada uma dessas nações guardava relação com as características étnicas de seu povo, suas necessidades históricas, sua posição geográfica e seus hábitos.

O que estava em jogo, portanto, era a construção de peculiaridades nacionais mobilizadas pela União Pan-Americana como justificativas para a necessidade de projetos de integração continental. Essa estratégia indica como, em plena era dos nacionalismos (HOBSBAWM, 1991), a instituição visava elaborar um inventário das diferenças (VEYNE, 1991) orientado a partir de seus interesses imperialistas que tensionavam as peculiaridades e as raízes comuns: “mesma raça de conquistadores espanhóis e portugueses corajosos, resistentes, aventureiros, românticos e guerreiros, que abriram caminho através de territórios desconhecidos, seja em busca do *Eldorado* ou na guerra contra nações inteiras de índios” (YÁNES, 1916, p.3). Essa simultaneidade garantia a construção do espelho colocado entre Norte e Sul da América e a distância entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Diferentemente desses países de colonização ibérica, os Estados Unidos eram caracterizados como sociedade de instituições sólidas, propósitos e sentidos práticos de vida e hábitos de ordem, disciplina e respeito pelas leis.

Ambos reforçam a ideia de um percurso histórico inescapável da América como garantia de seu futuro. A própria história do continente era caracterizada por Yánes como um “poema épico digno da coragem do grande descobridor e seus homens.” (YÁNES, 1916, p.6). Com isso, o percurso histórico iniciado com a viagem de Colombo, desdobrado na implementação do sistema colonial pelas coroas ibéricas e nas independências do século XIX, culminava na missão histórica da União Pan-Americana no início do século XX de garantir e promover a educação pública, o comércio exterior, a melhoria dos meios de comunicação, o maior desenvolvimento das riquezas naturais desses países, entendidos como “fatores que contribuíram e contribuem constantemente para o estabelecimento de uma era pacífica que acabará por se tornar normal e estável.” (YÁNES, 1916, p.13). Assim como na narrativa de Barrett sobre a sede da UPA, seus monumentos e murais, esse percurso histórico é narrado no artigo de Yánes por meio de uma sucessão de líderes políticos: Las Casas, Miranda, Bolívar, Sucre, San Martín, Artigas, O’Higgins, Tirandentes, Morelos e Hidalgo. Figuras históricas e

lideranças políticas escolhidas por sua potencial capacidade de reivindicar o caráter independente das repúblicas americanas, ainda que apaziguadas em seus projetos e transformadas em ícones pan-americanos no exercício de legitimar a atuação da União Pan-Americana no início do século XX.

Essa versão pacificada da história é mobilizada, ainda, para legitimar o princípio de arbitragem como instrumento legal estruturante das relações entre os países americanos a partir da I Conferência Internacional Americana. A arbitragem era entendida como um dos princípios básicos fundacionais da estrutura social latino-americana cujas origens estariam no direito civil romano. A aposta nessa prática legal como mediadora dos interesses e conflitos humanos, por sua vez, teria sido feita por Bolívar no Congresso do Panamá (1826), ambos interpretados a partir de um viés pan-americanista: “com o objetivo, entre outros, de adotar a arbitragem como princípio da política americana – ou seja, pan-americana” (YÁNES, 1916, p.11). Há uma clara equivalência entre o que Bolívar entendia e enunciava como política de cooperação americana – restrita, naquele caso, a determinadas regiões da América Hispânica – e a Pan-América, delineada pela UPA no início do século XX. O autor ainda explora como esse princípio foi mobilizado com sucesso ao longo do século XIX em conflitos sul-americanos entre Paraguai e Brasil; Uruguai e Argentina; Chile, Bolívia e Peru, o que não teria acontecido na Europa, lugar da guerra e da violência.

Ainda que os títulos das publicações se refiram à América Latina, a ênfase recai sobre repúblicas sul-americanas, como a Argentina, adjetivada por Barrett como “ambiciosa, vigorosa e próspera”, e o Chile, “uma terra de realizações e promessas”. A nova era de oportunidades identificada na relação dos Estados Unidos com esses países da América do Sul indica, ainda, a importância do Canal do Panamá como estratégia geopolítica e técnica para facilitar as transações comerciais e aproximar as relações dos Estados Unidos e o Cone Sul-americano pela via da diplomacia em vez das iniciativas militares, como em países da América Central. De maneira a retomar a importância da “troca de vistas”, Yánes ia além dos apelos para conhecer melhor os demais países do continente e enfatizava os ganhos com viagens para a América do Sul possibilitadas pelas melhorias no sistema de comunicações, como telégrafos, telefones, carros e linhas de metrô – com ênfase para o metrô de Buenos Aires, o primeiro da América Latina.

Não há melhor prova de que a civilização latino-americana é digna de nota do que o desejo de trocar professores e alunos entre certas universidades dos Estados Unidos e as dos principais países sul-americanos. (...) A União Pan-Americana representa o espírito de progresso, o desejo de melhor entendimento, a necessidade de laços de amizade mais fortes, sentido entre as repúblicas das três Américas, dando-lhes a conhecer umas às outras, chamando a atenção do povo as oportunidades oferecidas pelos países latino-americanos, sua civilização, sua marcha rumo à prosperidade, unidos em um único propósito de progresso material e moral (YANES, 1916, pp.10-11).

O destaque à América do Sul era feito em outras publicações publicadas pela UPA. Em 1917, a instituição publicou uma série de fragmentos de um discurso de John Barrett proferido no *Southern Commercial Congress*, sediado em Nova York, intitulado *A Guerra e a América Nova*. O discurso tinha como subtítulo “A nova Pan-América” e previa a inauguração de uma nova era baseada na confiança mútua e cooperação entre as Américas do Norte e do Sul ao final da guerra em prol do bem-estar comum e da consolidação de determinados ideais: amizade, confiança, comércio e intercâmbio de mercadorias e viajantes: “Depois de terminar o conflito surgirá uma nova América que será uma outra América, ou a Pan América, e um novo Pan-americanismo”.

Como em outras publicações e iniciativas da União Pan-Americana, John Barrett buscava construir uma cronologia que encadeava essa nova era baseada no pan-americanismo e nos efeitos da guerra à Doutrina Monroe de modo a delinear uma continuidade do ideal de solidariedade pan-americana pregado pela instituição. A Doutrina Monroe, portanto, passava a ser convertida em um princípio incontornável das relações entre as nações americanas no início do século XX e princípio a ser praticado de Norte a Sul do continente: “Depois da guerra, a doutrina de Monroe há de ser e será uma grande doutrina panamericana”. Seu discurso, portanto, deslocava os sentidos da Doutrina Monroe e respondia, em certa medida, às críticas feitas por países latino-americanos sobre o caráter imperialista das políticas estadunidenses, reforçadas pela ocupação militar de determinadas regiões da América Central, como a República Dominicana e a Nicarágua. Esse argumento era proferido por Barrett em uma construção discursiva que beirava a ameaça:

Nenhuma outra nação da América poderá sincera e logicamente, nem sequer insinuar que os Estados Unidos tenham tomado parte nesta luta mundial em prosseguimento de qualquer fim egoísta ou de engrandecimento territorial ou para

obter a mais insignificante vantagem sobre as suas irmãs, as outras repúblicas da América. Apesar das dúvidas e discussões que podem suscitar-se a respeito dos atos e das guerras do passado, somente poderá haver uma opinião em toda Pan-América sobre a atitude dos Estados Unidos no presente conflito. Toda a gente, sem exceção, desde o Norte do Canadá até o Sul do Chile, tem a certeza, no íntimo do seu coração, que os Estados Unidos estão combatendo por causa e princípios tão caros para todos os Governos e o povo dos Estados Unidos (BARRETT, 1917, n.p.).

A certeza da vitória dos Estados Unidos e dos Aliados na guerra seria a comprovação do triunfo da Pan-América e do novo pan-americanismo. A redução do conflito bélico mundial a uma contenda entre Estados Unidos e seu inimigo representava essa articulação entre o pan-americanismo e a Doutrina Monroe, uma vez que a vitória do país significaria a conquista e o domínio, direta ou indiretamente, não só dos Estados Unidos, mas dos outros países do hemisfério:

Então, quando o sol brilhar nesse dia feliz, a América inteira – Pan-América – formará, por assim dizer, um coro de nações e de povos, e entoará, em perfeito uníssono, um novo hino do Pan-americanismo, de cooperação, de boa vontade, de confiança, de comércio, de progresso e de paz americanas, que será acolhido por todas as nações e povos da terra e será o Heraldo que anunciará a aparição do dia em que a paz e boa vontade perenes se estabelecerão entre todos os homens e povos da terra (BARRETT, 1917, n.p.).

## **Um campo de estudos renovado em movimento**

Revisitar as tramas americanistas e questionar interpretações tradicionais sobre o caráter doutrinário e unilateral assumidos sobre políticas de Estado estadunidenses é um movimento que tem ganhado força na historiografia nas últimas décadas. Os estudos de Juan Scarfi demonstram que, longe de serem temas esgotados, a Doutrina Monroe e o pan-americanismo podem indicar disputas até então eclipsadas entre diferentes regiões do continente americano. Por meio do direito internacional, o autor articula esses dois temas e argumenta sobre a gradual pan-americanização da doutrina em um processo no qual os países sul-americanos assumiam agência ao pautar interesses próprios nas negociações diplomáticas com os Estados Unidos (SCARFI, 2016). Scarfi pontua ao menos quatro transformações realizadas nesse processo: de um princípio de intervenção para um de não-intervenção; de uma doutrina unilateral para uma multilateral; de uma política para um princípio de direito internacional; de um princípio nacional para um hemisférico.

A atuação de autoridades diplomáticas sul-americanas como Alejandro Álvarez (Chile), Luis María Drago (Argentina) e Baltasar Brum (Uruguai) é trazida como índice desse processo de disputa a partir da Doutrina Monroe com figuras estadunidenses tradicionalmente conhecidas, como Elihu Root, Charles Evans Hughes, James Brown Scott e Theodore Roosevelt. Tal qual é possível identificar a partir da atuação dos delegados brasileiros participantes da I Conferência Internacional Americana, Scarfi argumenta sobre o papel da *American Society of International Law* (fundada em 1906), da *Carnegie Endowment of International Peace* (1910) e do *American Institute of International Law* (1912) na garantia desse debate sobre a progressiva pan-americanização da Doutrina Monroe e a formação de redes hemisféricas (SCARFI, 2016, p.191).

Menos que explorar como cada jurista ou político formulou sua interpretação sobre ela, importa recuperar o argumento central de Scarfi e seu deslocamento das cronologias tradicionalmente assumidas sobre o pan-americanismo. Ao trazer à tona como as reinterpretações desse ideário político aconteceram principalmente na América do Sul e em um período anterior ao assumido pela historiografia, o autor enfatiza a importância dessas práticas políticas de integração continental em um período anterior à década de 1930 e à Política de Boa Vizinhança. A partir disso, há um segundo deslocamento importante: o pan-americanismo deixa de ser considerado unicamente uma política intervencionista – tal qual formulada pelas autoridades estadunidenses – e passa a ser compreendido como mote para a emergência de uma linguagem continental do direito internacional americano em uma abordagem multilateralista. Entender como a Doutrina Monroe foi mobilizada a partir desse princípio hemisférico e pan-americano, por sua vez, ajuda a tornar explícita a diferença geopolítica das relações entre os Estados Unidos e as Américas Central (lugar de intervencionismos e ocupações militares) e do Sul (experimentações e desejos de cooperação).

O que a historiografia estadunidense tem enfatizado como a agência latino-americana nesses debates já era colocado em pauta por autores latino-americanos há algum tempo. No Brasil, Norberto Ferreras (2013) reivindica colocar o pan-americanismo em ação e o considera um espaço de negociação, e não uma doutrina, atravessado por interesses que não se restringiam nem aos Estados Unidos nem somente a países americanos, ainda que as

negociações fossem marcadas por desigualdades e hierarquias entre as partes envolvidas, como nos lembra Barbara Weinstein (2013). O autor se aproxima de algumas perspectivas enunciadas por Mark Petersen ao enfatizar as práticas políticas e linguagens a partir das quais as disputas e embates acontecem entre os diferentes projetos políticos. Ir além da retórica que mobilizava a fraternidade e a cooperação a partir de uma suposta igualdade dos países americanos é contribuir com essa historiografia que reivindica a complexidade de, a uma só vez, considerar os interesses latino-americanos colocados em jogo frente aos projetos estadunidenses.

As dualidades identificadas no continente foram mobilizadas pelas elaborações pan-americanistas, que não assumiam uma ruptura com os demais americanismos (latino-americanismo, hispano-americanismo e ibero-americanismo), mas os mobilizava em uma trama política que assumia, no final do século XIX, contornos diplomáticos e próprios da reestruturação das relações exteriores. A desejada e idealizada unidade continental não existia a priori e foi forjada no debate entre diferentes posições e na elaboração por meio de diferentes linguagens que, de uma só vez, mobilizavam esses ideários de integração e ressaltavam as diferenças e disparidades da América, justificadas por meio de sua história.

Frente a esse acúmulo de debates, discursos e projetos elaborados por intelectuais e autoridades políticas de diversas nacionalidades empenhados em precisar conceitual e politicamente o que seriam os movimentos de integração na América, uma definição sobre o pan-americanismo, ainda que alargada, parece ser tarefa difícil. Grosso modo, podemos entendê-lo como uma tentativa de organização e articulação regional supranacional que intermediaria as relações entre os estados nacionais e a comunidade internacional. Um caso de regionalismo inserido nas dinâmicas da história moderna e contemporânea que se apoia, em grande medida, no âmbito das relações exteriores em um momento de estruturação desse campo a partir das independências dos países americanos e da redefinição do dualismo entre a Europa e a América a partir da Primeira Guerra Mundial. É importante ressaltar essa dimensão burocrática e relativa ao direito internacional, aspecto estruturante das Conferências Internacionais Americanas e próprio do pan-americanismo. A diplomacia era assumida como

meio privilegiado de interação e negociação internacional entre os países e mote para a circulação de ideias por meio de agentes diplomáticos pelo continente.

O apelo a uma suposta vocação republicana e liberal da América foi amplamente difundido na I Conferência Internacional Americana, sobretudo a partir da mudança do regime no Brasil ocorrida concomitantemente a esse encontro. Katia Baggio argumenta sobre as relações do país com os Estados Unidos durante o Segundo Reinado e identifica uma abertura do leque de relações exteriores operada pelo Barão de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), de maneira a quebrar a quase exclusividade europeia, sobretudo pela intervenção em conflitos fronteiriços com países sul-americanos por parte dos Estados Unidos. A elevação em 1905 da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, tornando-se a primeira do Brasil no exterior, bem como o posto assumido por Joaquim Nabuco (1849-1910) no órgão, são apontados pela autora como índices dessa aproximação. A diplomacia seria, como argumenta Fernando Castro, um meio de construção de identidades em diferentes escalas – regional, nacional e continental – de maneira a mobilizar as noções e os laços de solidariedade intracontinentais (CASTRO, 2010).

Esse rearranjo institucional internacional possibilitou novas relações diplomáticas sem, entretanto, abrir mão de políticas que visavam legitimar intervenções militares já há muito presentes em territórios americanos, sobretudo pela ação imperialista estadunidense na América Central. Nesse sentido, importa pontuar que políticas de desarmamento não estavam em pauta nessa série de congressos e conferências. Os delegados e autoridades políticas e diplomáticas se engajavam em debater os mecanismos jurídicos e políticos voltados a garantir a negociação dos limites dessa hegemonia na conformação desse sistema intracontinental. Como argumenta Ferreras, essa nova matriz de negociação foi sendo elaborada desde as primeiras independências no início do século XIX, mas se consolidaram nesse sistema pan-americanista e diplomático após uma sucessão de conflitos militares, como a Guerra del Paraguay (1864-1870), a Guerra del Pacífico (1879-1883), a Guerra del Chaco (1932-1935) e a Guerra del Fútbol (1970) (FERRERAS, 2013). Muitos países americanos, portanto, não participaram de maneira voluntária dessas negociações internacionais, mas foram incluídos nesse sistema intracontinental a partir de ameaças concretas em seus territórios. Esses interesses, a princípio nacionais, tiveram de ser articulados com pautas mais amplas que



levaram ao estabelecimento de novos vínculos entre os países, necessariamente relacionais e tributários de contextos diversos.

Enfatizar as diferenças entre essas concepções e práticas pan-americanistas é um movimento necessário. Entretanto, compartimentar e nacionalizar os debates, que se faziam em espaços comuns de negociação e eram formulados a partir de uma mesma linguagem política, tende a eclipsar a dimensão relacional de todos esses projetos e atribuir um caráter estanque às tomadas de posições de uma série de intelectuais e autoridades políticas e diplomáticas identificadas pela historiografia. Seus efeitos a priori nas interpretações historiográficas são observados nas avaliações dessas mobilizações locais como movimentos pouco efetivos. A desarticulação entre essas diferenças leva a uma compreensão redutora dos efeitos das práticas pan-americanistas, entendidas, quando muito, como atitudes “precipitadas e ingênuas”, logo suplantadas por projetos políticos de maior fôlego, ou “peculiaridades contrárias”, ainda que partam de um mesmo princípio de aproximação americana.

### Referências Bibliográficas

AVILA, Carlos Federico Domínguez. A Guerra das Malvinas/Falkland revisitada, 1982: um estudo com fontes (militares) brasileiras. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 47, p. 521-543, maio/ago. 2021.

BAGGIO, Kátia G. Usos de Simón Bolívar: passado e presente. **Palestra na II Semana de História da UFMG**, 2 a 6 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919). In: **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**, Salvador, 2000.

BARRETT, John. **The Pan American Union - Peace, Friendship, Commerce**. Pan American Union, 1911.

\_\_\_\_\_. **Our Opportunity in Latin America**. Pan American Union, 1916.

\_\_\_\_\_. **A Guerra e a América Nova**. Pan American Union, 1917.

BERABA, Ana Luiza. **América aracnídea: teias culturais interamericanas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BORGES, Jorge Luis. Juan López y John Ward. **Obras Completas: 1975-1985**. Buenos Aires: Emecé, 1989.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTRO, Fernando Vale. Hegemonia e soberania nas páginas da Revista Americana: a elaboração de uma visão diplomática para a América do Sul. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.9, 2010.

DE YTURBIDE, Augustin. The Proposed Pan-American Union, **The North American Review**, Vol. 174, No. 543, fev. 1902, p.201-211.

DULCI, Tereza Maria S. **As conferências Pan-Americanas (1889 a 1928): identidades, união aduaneira e arbitragem**. São Paulo, SP: Alameda, 2013.

FERRERAS, Norberto. El Panamericanismo y otras formas de relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del Siglo XX, **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.15, p. 155-174, jul./dez. 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IANNI, Otávio. **Enigmas do Pensamento latino-americano**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002.

OFFICIO do Conselheiro Laffayette Pereira ao Ministro de Estrangeiros, Washington, 5 nov. 1889. Arquivo Histórico do Itamaraty. **I Conferência Internacional Americana**, Lata 230-Maço 3781.

PAN AMERICAN UNION. **Al servicio de America**. Government Printing Office: USA, 1937.

PENFIELD, Walter Scott. The Legal Status of the Pan American Union, **The American Journal of International Law**, Vol. 20, No. 2, abr. 1926, p.257-262.

ROBERTSON, James Alexander. The Roles of the Pan American Union in the Americas, **World Affairs**, Vol. 97, No. 4, dez. 1934, p.232-235.

ROJAS MIX, Miguel. **Los cien nombres de America**. Barcelona: Editorial Lumen, 1991.

SALVATORE, Ricardo. **Disciplinary Conquest: U.S. Scholars in South America, 1900–1945**. Durham, N.C.: Duke University Press, 2016.

SCARFI, Juan. In the name of the Americas: The pan-american definition of the Monroe Doctrine and the emerging language of American International Law in the Western Hemisphere, 1898-1933. **Diplomatic History**, vol. 40, n.2, 2016.

SCARFI, Juan P.; SHEININ, David M. K. **The New Pan-Americanism and the Structuring of Inter-American Relations**. New York: Routledge, 2022.

SELSER, Gregorio. **Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina**. México D. F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de México; Universidad Nacional Autónoma de México. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades; Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, 2010. 5 v. Disponível em: <https://frentenorte.net/node/5>. Acesso em 16 fev. 2024.

SHEININ, David. Pan-Americanism, In BLUM, Edward J. (ed.). **America in the World, 1776 to the Present: A Supplement to the Dictionary of American History**. Farmington Hills, MI: Scribner's. 2 vols. 2016.

SKIDMORE, T.; SMITH, Peter. **Historia Contemporânea de América Latina**, Editorial Crítica: Barcelona, 1996, p.450-459.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.14, p. 9-36, jan./jun. 2013.

WOLFF, Francis. Quem é o bárbaro? In: Novaes, Adauto (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YÁNES, Francisco J. **A Glance at Latin American Civilization**. Pan American Union, 1916.